

MELLO, Guiomar N. et alii. EDUCAÇÃO E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 2 ed. 1985. Coleção "Polêmicas de Nosso Tempo", v. 15, 134 páginas.

*Alaíde Rita Donatoni**

O livro "Educação e Transição Democrática" foi escrito por cinco importantes educadores brasileiros que conhecem profundamente toda a problemática educacional por que passa o país. São eles: Guiomar Namó de Mello, Jacques R. Velloso, Míriam J. Warde, Tereza Roserley N. da Silva e Maria Umbelina C. Salgado. É um pequeno livro de cento e trinta e quatro páginas que dizem muito a respeito do Ensino de 1º e 2º Graus, além do funcionamento da educação, a formação do magistério e as condições concretas da escola, questões estas que estão intimamente ligadas ao compromisso de qualquer educador que esteja preocupado em "como" e "onde" precisamos começar a "desmontar" a estrutura da escola, para em seguida "remontá-la" com mais acertos.

Todos os autores partem de um "eixo comum", que é priorizar o ensino de 1º Grau, esclarecer de que forma é hoje tratada a educação no país e quais as alternativas de solução que se lhe oferecem.

MELLO, ao falar sobre o "Ensino de 1º Grau: as estratégias da transição democrática", enfatiza a necessidade de priorizar o ensino de 1º Grau, no sentido de sua sustentação, ou seja, custeando-o, universalizando-o, criando-se vagas para o atendimento de todas as crianças dos 7 aos 14 anos de idade. Temos hoje 30% de nossas crianças acima dos 14 anos (cerca de 8 milhões de crianças) efetivamente matriculadas,

que, por repetências ou abandonos com retornos às unidades escolares, ocupam um espaço que "deveria ser" das crianças dos 10 aos 14 anos de idade (cerca de 7 milhões de crianças) que estão fora da escola. MELLO explicita que "o país possui hoje, teoricamente, vagas suficientes (23 milhões) para abrigar toda a população de 7 a 14 anos". (22 milhões). (p.15).

Necessitamos de uma real garantia de que estas crianças ingressem e fiquem em nossas escolas até completarem o 1º Grau, para, em seguida, passarem para o 2º Grau, fazendo com que o funil vá se "alargando" de fato, até a conclusão de uma faculdade (decente). Somente desta forma é que o conhecimento e o saber formalizado poderão chegar à classe popular operária. O governo que começar a assumir e aceitar este desafio, por mais "antipopular que seja", conforme explicita MELLO, assumirá um fato inédito historicamente porque esta é uma questão que se efetivará a longo prazo, é trabalho, quem sabe, de uma geração.

MELLO lembra-nos também que as verbas oferecidas a ensinos alternativos tipo Mobral e Pré-Escola deveriam ser melhor pensadas porque, de verdade, a alfabetização se inicia na 1ª série do 1º Grau e é aí que deveria haver maior preocupação quanto à destinação dos recursos oferecidos à educação. É no dia-a-dia da escola que vemos o quanto esta questão

* Professora do Departamento de Princípios e Organização da Prática Pedagógica da UFU. Graduada em Geografia e em Pedagogia, Mestra em História e Filosofia da Educação pela PUC-SP.

torna-se séria: prédios escolares precários, parte administrativa com poucos funcionários, salário dos professores muito baixo, em síntese, escolas absolutamente carentes, que trazem ainda como “herança” dos 21 anos do regime militar um autoritarismo em suas relações internas que se tenta “derrubar”, como princípio de mudança.

VELLOSO, falando sobre “O financiamento da educação na transição democrática”, nos apresenta como devem ser analisadas as políticas de financiamento educacional, explicitando que a concentração de renda a partir de 1964, além de modificar a “fisionomia” do país, também afetou profundamente a educação.

“Estudos recentes mostram que os mil maiores contribuintes recolhem ao imposto de renda somente 1% dos seus ganhos durante o ano. Os 25 mil maiores pagam ao imposto de renda o equivalente a apenas 2,6% dos seus rendimentos anuais. Enquanto isso, os trabalhadores que percebem um salário mínimo mensal, e que portanto estão isentos do imposto sobre a renda, entregam ao Estado quase 1/3 de seus ganhos em tributos, marcadamente regressivos” (p.46-7) - Citação do rodapé - J.C.Melchior, “O Financiamento da Educação no Brasil. Algumas questões atuais”, In: *Em Aberto*, vol.2 nº 14, abril de 1983, pp.1-11. (p.47).

Como esta medida empobreceu muito mais a camada popular, afetou o salário do próprio professor, evidentemente teve-se que aumentar a verba para a merenda escolar (filhos da camada popular) e o Sistema de Ensino, em geral, tornou-se deficitário.

Outros dados:

Quanto à concentração dos Tributos no Plano Federal, vamos observar que “o total dos recursos arrecadados em 1964 correspondia para a União, Estado e Município a 50%, 44% e 6%”. Em 1969 a União havia aumentado sua fatia para 60%, os Estados tinham sua parcela reduzida para 35% e aos Municípios restava apenas 5%”. (p.49) (Citação do rodapé - N.Rodrigues, “A gestão pública da Educação: União, Estados e Municípios”, palestra da III Conferência Brasileira de Educação, Niterói, RJ., 12 de outubro de 1984).

Em fins de 1970 há a queda do ritmo da atividade econômica, seguida pela recessão dos anos 80 e em 1982 é criado o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL), “cujos recursos são arrecadados pela União e distribuídos a seu critério segundo diretrizes da Presidência da República” (Lei 1940 - 25/5/82 - citação do Rodapé - p.50).

Desta forma, Velloso critica, assim como Mello, o caráter das políticas de financiamento, formuladas e conduzidas sob a égide do autoritarismo, da antidemocracia e principalmente da falta de compromisso com o ensino público oficial, pois, no Brasil, nos últimos 10 anos, nas quatro séries iniciais do 1º grau, a matrícula “cresceu a taxas menores do que o crescimento da população” (p.53). Explicita Velloso que se excluem “despesas do Ministério da Aeronáutica, do Exército, da Fazenda, da Marinha, das Relações Exteriores, da Presidência da República, dos Encargos Gerais da União, além de transferências que incluem até a quota estadual do salário-educação (Qese), de Cr 0,94 trilhões e o Fundo de Participação dos Municípios (FMP) de Cr 1,39 trilhões” (p.65). Enfatiza que o eixo básico deste financiamento deverá ser o compromisso com o ensino público

e gratuito em todos os níveis, priorizando inicialmente o 1º grau.

Ainda quanto à questão dos recursos, WARDE é muito clara, dizendo da necessidade de superar rapidamente “o discurso e a prática da ausência de recursos para a educação” e sendo a distribuição de recursos “um ato político vai depender fundamentalmente da vontade política dos seus dirigentes” (p.87). Esta alocação de recursos é necessária tanto no 1º como no 2º grau.

Quanto à formação do magistério, Warde explicita que, sendo os professores os “principais agentes da Educação” e que “carregam o ônus dos descabros das políticas educacionais que vêm se revezando governo a governo” (p.74), é necessário e condição essencial que se recupere o professor quanto à sua formação profissional, porque ele é o responsável pelo processo ensino-aprendizagem e também que as condições de trabalho deste docente sejam dignas.

No Brasil, dos que iniciaram o 1º grau, “apenas 10% atingem o 2º grau. A necessidade básica seria uma melhor formação para os professores das quatro séries iniciais do 1º grau, considerados os “lumpens dos educadores” (p.81).

Warde critica os cursos de Pedagogia realizados nos finais de semana como um dos responsáveis pela má formação dos professores.

SILVA preocupa-se também com a “*melhoria da qualidade no 1º grau: o conteúdo e as condições concretas da escola*”, (p.92) e explicita a necessidade de que os conteúdos passados pelos professores sejam gerais e universais e sejam assimilados pelas crianças das camadas populares. “Não é possível, em

nome do respeito às camadas populares, jogar em cima delas conteúdos pragmáticos, limitados, estreitos, empobrecidos” (p.103). Nossos alunos carentes devem ser o centro primeiro das preocupações governamentais e não meros “objetos de projetos” (Mello) ocupados anualmente por nossas escolas, orientados por órgãos da Secretaria da Educação, tendo pouco contribuído para a tão esperada formação do professor. Formação e conteúdo caminham lado a lado, porque, sem o primeiro, poucas condições se terá na “transmissão” do segundo. São nossos educadores que, apesar de todo o autoritarismo e negligência recebidos, continuam mantendo em “funcionamento um sistema de 25 milhões de alunos; deverão ser eles interlocutores privilegiados da democracia na escola”. Ainda segundo Mello, o professor será “o eixo em torno do qual a melhoria do ensino se processará” (p.39), e o compromisso deve ser de todos impreterivelmente. A formação dos nossos professores, portanto, não se efetivará apenas através de treinamentos e reciclagens ou sendo eles figuras de projetos “daqui e dali”. Necessário se faz que todos os educadores comecem imediatamente a participar dos rumos da educação no país e que façam efetivar em nossas escolas uma real democracia em suas relações internas. Democratizando as relações internas das Unidades Escolares, na figura do professor, teremos iniciado o compromisso de todos de forma consciente e, conseqüentemente, ganha a educação no País.

SALGADO, em “Educação e transição democrática política para o ensino de 2º grau”, enfatiza a mesma necessidade e preocupação citada anteriormente quanto à questão de priorizar o 1º grau, explicitando que só assim se terá condições de “oferecer o 2º grau a todos os cidadãos”. Enfatiza a necessidade de se

considerar os interesses dos alunos quanto à profissionalização na escola. Não se deve, primeiro, negar pura e simplesmente essa profissionalização. Propõe maiores cautelas quanto “às revitalizações do ensino técnico profissionalizante para não cairmos em surgimento de formas mais vezes sofisticadas do sistema educacional”. Afirma a necessidade de se oferecer ao aluno do 2º grau “informações corretas sobre o que ocorre ao nível das relações de produção para não cairmos num basismo antidemocrático.” Explicita a necessidade de se oferecerem melhores cursos noturnos, diversificando a oferta do 2º grau em nossas escolas públicas, porque é lá que se encontram os filhos das camadas populares, que merecem uma boa formação profissional, o direito ao trabalho e uma maior “participação na riqueza social”, pois esta é “a fonte legítima da cidadania”.

Conforme a análise apresentada, todos os autores preocupam-se com o ensino de 1º e 2º graus e com as condições correlatas a eles. Concluo seguindo Mello e reafirmando que o sentido político da escolaridade básica se dá através do caráter universal, gratuito e obrigatório e isto nada mais é que a “própria garantia do exercício de sua função social, entendendo-se universal neste caso não só no que diz respeito ao seu conteúdo, como no que diz respeito à clientela que deve ser atendida”. (p.22). É através deste objetivo maior da política educacional que se efetivará a tão esperada “escola básica unitária nacional” que deve vir ao encontro do respeito e contemplação dos desequilíbrios regionais, culturais e sociais dos alunos, tendo como comum o mínimo de “conhecimentos e

habilidades” que venham ao encontro da preservação da cultura da Nação e como forma de socializar o saber formal que é “patrimônio da sociedade”. A escola básica unitária nacional será uma educação que não deverá ser confundida com escola-padrão ou escola-única. Nela o “localismo e o regionalismo estreito” não terão vez, porque para isso o Ministério da Educação e Cultura (MEC) deverá exercer um papel “coordenador e articulador da política educacional, subsidiando a gestão dos sistemas descentralizados de ensino a nível estadual ou municipal”. (p.25)

Temos desta forma uma visão geral do livro. Concordo que as preocupações manifestadas são válidas quanto à questão do ensino formalizado, proposto pelos cinco autores. Quero crer, também, que seja esta a preocupação de todos os educadores hoje, que tenham este compromisso com a educação, com a escola pública, universal e gratuita, todavia acredito também que somente numa REAL transição democrática tudo isto se realizará. Enquanto isto, continuemos nossa luta, sabendo que a educação não deve ser considerada à parte das questões políticas, sociais e econômicas mais amplas por que passa o Brasil. Ela deve ser considerada à luz destas questões mais gerais, tendo sua fundamental importância ao nível de consciência. Nosso país tem uma extensão territorial muito grande, com crianças pobres, carentes, espalhadas pelas cinco regiões, especialmente o norte e nordeste, ainda sendo atendidas por uma grande maioria de professores leigos. Este quadro precisa ser mudado. É para com as crianças deste país em que moramos,

1. Esclareço que Velloso, neste ponto, apesar de achar a “Educação Unitária Nacional” indispensável, explicita que a mesma é de “árdua construção num País de largas dimensões e de grandes desequilíbrios regionais” (p.52). Esta “Educação Unitária Nacional” é a “primeira ameaça” “nas alterações sugeridas para as responsabilidades da União, Estados e Municípios na gestão do ensino de 1º e 2º Graus”. (p.51)

nascemos e que amamos, que temos este compromisso de mudança. Nossa ação se faz fundamental neste momento. Quero crer também que o compromisso de transformação seja

iniciado dentro de nossas escolas, lá em nossos relacionamentos, em nosso dia-a-dia, por todos os educadores brasileiros.